

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| Notas | Reserva de lucros | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|------------------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------------------|----------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva retenção de lucros | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | 250.000 | 20.438 | 144.060 | 284.810 | 5.121 | - | 704.429 |
| Aumento de capital | 250.000 | (20.438) | (144.060) | (85.502) | - | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | 109.994 | 109.994 |
| Constituição da reserva legal | - | 5.500 | - | - | - | (5.500) | - |
| Constituição da reserva incentivos fiscais | - | - | 47.230 | - | - | (47.230) | - |
| Realização da reserva de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (232) | 232 | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (2.863) | (2.863) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 54.633 | - | (54.633) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | (22.014) | - | - | (22.014) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 500.000 | 5.500 | 47.230 | 231.927 | 4.889 | - | 789.546 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | 56.469 | 56.469 |
| Constituição da reserva legal | - | 2.823 | - | - | - | (2.823) | - |
| Realização da reserva de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (215) | 215 | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (2.682) | (2.682) |
| Constituição da reserva de retenção de lucros | - | - | - | 51.179 | - | (51.179) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | (22.137) | - | - | (22.137) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 500.000 | 8.323 | 47.230 | 260.969 | 4.674 | - | 821.196 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Geolab Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Geolab") é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Via Principal 1-B, Quadra 8-B, módulos 01 a 08 - DAIA, no município de Anápolis, Estado de Goiás, CEP: 75132-085, inscrita no CNPJ sob o número 03.485.572/0001-04, NIRE sob o número 52300013691, e tem como objetivo social industrializar, distribuir, importar, exportar, armazenar, transportar, envasar, reembalar e fracionar medicamentos alopatóicos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e aos julgamentos, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Companhia possui itens que exercem impactos significativos sobre os valores mensurados nas demonstrações financeiras, esses itens estão detalhados nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 - Provisão para perdas esperadas do contas a receber: estimativa da premissa das perdas históricas dos últimos três exercícios.

Nota Explicativa nº 6 - Valor realizável líquido dos estoques: principais premissas em relação aos valores recuperáveis considerando preço de venda líquidos de despesas estimados.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 29 de abril de 2025.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes e passivos circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Os passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

b. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

É apurado em conformidade com o regime de competência. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho foi cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas *Free on Board* (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros
A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação na qual as empresas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (modelo de negócio de manter fluxos de caixas contratuais mais juros), ao valor justo por meio do resultado abrangente (modelo de negócio tanto de manter fluxos de caixas contratuais mais juros quanto de vender os instrumentos financeiros) ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e

neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem caixa e equivalentes de caixa, outros créditos e contas a receber de clientes. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos que envolvem receber fluxo de caixa e juros, classificou tais instrumentos na categoria de custo amortizado, que compreende: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantinha passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras obrigações.

(iii) Compensação dos ativos e passivos financeiros

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as empresas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos.

(v) Caixa e equivalentes de caixa

Compostos por saldos de caixa, contas-correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelos custos de aquisição e/ou produção que não excedem o valor justo de venda ou realização. A determinação do preço unitário dos itens na data do balanço é a média ponderável móvel baseada no histórico de compra ou de produção, que não excede o custo de reposição, deduzido dos impostos recuperáveis.

Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios:

- (i) Produtos e materiais vencidos/avariados;
- (ii) Produtos descontinuados;
- (iii) Produtos com data de vencimento até 11 meses da data de fechamento contábil;
- (iv) Produtos sem valor comercial.

e. Impostos a recuperar

Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes de antecipações de tributos, créditos tributários sobre aquisição de ativos imobilizados, reduzidos de provisão para realização, quando necessário.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação, construção ou desmontagem, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Para o grupo de máquinas e equipamentos e prédios, foi aplicado o custo atribuído, conforme estabelecido pelo ICPC-10. O saldo dessa avaliação é realizado em função da depreciação e/ou baixas dos bens avaliados.

A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na Nota Explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Os terrenos não sofrem depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia adotou o custo atribuído (*deemed cost*) para as máquinas e equipamentos e prédios,